

CAPÍTULO 12

Educação, formação profissional e Serviço Social, em tempos de (ultra)neoliberalismo e neofascismo*

Valeria Forti

Juliana Menezes

Sandbro Abrahão

A educação é um processo inerente ao processo da constituição humana. Para constituir-se e sobreviver, o ser humano não se adapta meramente à natureza, mas interfere, adaptando-a às suas necessidades. Ou seja, diferentemente dos demais animais que consomem o que o meio natural lhes provê, a construção humana, a hominização, é fruto da ultrapassagem do determinismo natural, comportando a criação de meios de vida, inclusive de instrumentos que lhe possibilitarão garantir o seu objetivo em prol da satisfação das suas necessidades. Esse processo é orientado pela consciência, mediante uma ação criadora em face da natureza, transformando-a e transformando-se.

Nossa referência é a um processo que comporta, para a realização da existência do ser social, o desenvolvimento de elementos materiais e imateriais, viabilizando a configuração do processo de aprendizagem. A transformação de produtos materiais não se desvincula da produção do conhecimento, das relações sociais, dos símbolos, dos valores, da moral, das atitudes, das habilidades etc. Trata-se de um processo contínuo que caracteriza o mundo humano.

Segundo Kosik:

A razão se cria na história somente porque a história não é racionalmente predeterminada, ela se torna racional [...]. A história só é possível quando o homem não começa sempre do

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.221-239

novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes (1976, p. 216-218).

Ainda de acordo com Kosik, o homem é um ser *ontocriativo* (*ibid.*), porquanto é um ser social, essencialmente histórico, que cria o seu próprio ser. A mediação, que é o eixo da ultrapassagem do mero condicionamento natural para a possibilidade criativa que alçou o mundo humano, é o trabalho.

Por meio do trabalho – atividade racional dirigida a um fim, ao pressupor a faculdade humana de projeção, de atribuição consciente de finalidade às ações –, o homem transforma a matéria natural com vistas à satisfação de suas necessidades e, nesse processo, produz a si mesmo, identificando-se no que produziu, conquistando a sua humanidade, produzindo relações sociais e engendrando a História (Forti, 2006, p. 45-46).

Os homens fazem a história, mas não segundo a sua vontade. Isso porque, ao se defrontarem com circunstâncias legadas e transmitidas pelo passado, recorrem à consciência e, em busca da satisfação de suas necessidades, constroem o mundo humano, afastando, mas não eliminando, as barreiras naturais.

Como já mencionado, nossa referência é a um processo que comporta o desenvolvimento de elementos tanto materiais quanto imateriais, ao ser nele, por meio do trabalho, que o homem, ao buscar a satisfação das suas necessidades, cria simultaneamente capacidades e novas carências; adquire, amplia e aperfeiçoa a consciência; constrói conhecimento, se constrói e organiza-se socialmente.

Cabe considerar que a apreciação da História inclui

[...] o desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a este modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda História (...), explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de

consciência – a religião, a filosofia, a moral etc. (Marx; Engels, 1984, p. 48).

A aprendizagem é um processo inerente à constituição humana e, portanto, uma dimensão indissociável do trabalho. Se de início era um processo decorrente das trocas e transmissões de geração a geração, sobremodo no que se refere à incorporação de certos valores e padrões comportamentais considerados apropriados ao convívio social, diferentemente, a aprendizagem, por meio do ensino institucionalizado, na sua forma escolar como é conhecido atualmente, teve a sua gênese a partir do século XVIII. Foi um período marcado pela ascensão da ciência moderna e da burguesia revolucionária, em busca de poder político e econômico, devido ao declínio do Estado absolutista e do teocentrismo, característico do poderio eclesiástico.

A ascensão burguesa, assentada na exploração do trabalho, buscou o rumo pertinente ao chamado trabalho livre, ou seja, o rumo da subsunção do trabalho ao capital. Para isso, requer a “fetichização” da relação entre os envolvidos. Difunde-se uma suposta igualdade de condição entre os que a compram/consomem e os que têm de vender a força de trabalho, tornada mercadoria. Isso implica a construção e a propagação de conhecimentos e valores que viabilizam a consolidação e a manutenção dessa condição de classe intrínseca ao capitalismo.

A esse respeito, cabe apreciar o pensamento de Frigotto acerca da escola:

A escola nasce, portanto, com a marca do interesse da nova classe dominante [...]. Sua dualidade é estrutural, pois a escola foi organizada, sobretudo, para aqueles que não precisam vender sua força de trabalho e que têm tempo de viver a infância e a adolescência fruindo o ócio. Mesmo em sociedades que atingiram elevado grau de democratização da escolaridade, desenvolveu-se a dualidade explícita: uma escola mais complexa, rica e que desenvolve conhecimentos, valores e atitudes para dirigir, organizar, comandar etc.; e uma escola restrita, adestradora, para os que se destinam ao trabalho manual ou de execução. Somente mediante lutas permanentes das

organizações da classe trabalhadora permitiram-se avanços no direito à escola pública, sem, contudo, poder romper com seu caráter dualista (2024, p. 21).

O pensamento do aludido autor nos leva à consideração sobre o atual metabolismo social do trabalho e a precariedade do mundo humano, haja vista o recrudescimento dos traços inerentes ao capitalismo. Também, nos impulsiona a busca de compreensão da relação disso e a educação no âmbito acadêmico profissional, uma vez que aí há a formação de profissionais, como os assistentes sociais, que se voltam às expressões da “questão social”, em países cuja desigualdade social é historicamente abissal, como o nosso.

O sistema sociometabólico do capital é caracterizado por sua natureza essencialmente incontrolável e sua propensão a crises que são, por definição, estruturais e incontornáveis. Desde suas origens, o capitalismo se desenvolve em ciclos de expansão e contração, produzidos por contradições internas que, recorrentemente, resultam em crises econômicas, sociais e políticas, conforme argumentava o importante marxista Ernest Mandel, em *O capitalismo tardio*, cuja redação ocorreu entre os anos 1970 e 1972 (Mandel, 1982). Nessa perspectiva, contrariando a ânsia expansionista do capital, manifestam-se suas fraturas.

Essas crises não são meros acidentes ou desvios do funcionamento “normal” do capitalismo, mas sim manifestações inerentes à sua lógica de acumulação e exploração que é medularmente propensa à crise. Dessa forma, o sistema sociometabólico do capital não somente enfrenta crises, mas as produz de maneira recorrente, evidenciando sua incapacidade de ser plenamente regulado, conforme distintas experiências históricas demonstraram.

No contexto da década de 1970, o sistema capitalista internacional enfrentou uma dessas crises estruturais que, em larga medida, reconfigurou as dinâmicas econômicas e políticas internacionais. O esgotamento do modelo fordista-keynesiano, que sustentara o crescimento econômico do pós-guerra, resultou numa

profunda recessão, forçando o capital – em sua busca perene por lucros – a procurar novas alternativas para a retomada dos níveis de acumulação e, consequentemente, para o controle social da instabilidade. É nesse cenário que emergem internacionalmente as respostas neoliberais à crise, marcadas pela flexibilização do trabalho, desregulamentação financeira, privatização de serviços públicos e redução da intervenção do Estado – ao menos na esfera social.

Na periferia do sistema capitalista-mundo, os efeitos da crise econômica supracitada se manifestarão sobretudo a partir dos anos 1990, assim como as respostas do capital a essa crise. É nesse contexto que o governo do Sr. Collor de Mello inaugura uma nova fase no Brasil, marcada pelo mote do Estado mínimo, em flagrante contraposição às conquistas sociais da Constituição Federal de 1988.

O neoliberalismo, na qualidade de um projeto político-econômico, reestruturou profundamente as economias nacionais e o sistema capitalista em nível mundial. Sob a batuta neoliberal, reaviva-se a narrativa de que a esfera do mercado é a única reguladora aceitável da economia, promovendo, a partir dos interesses e das capacidades individuais e por meio da aquisição de bens e serviços, a satisfação das demandas sociais. Os valores reivindicados por essa corrente incluem a liberdade – restrita à esfera civil –, o individualismo e a igualdade de oportunidades – a qual se mostra no plano formal, somente.

A adoção de um modelo de acumulação flexível permitiu que o capital respondesse à crise por meio de estratégias que incluíram a deslocalização produtiva, a intensificação da exploração da força de trabalho e a financeirização da economia. Esse último aspecto, a financeirização, tornou-se um traço definidor do capitalismo contemporâneo, mediante o qual os mercados financeiros e suas dinâmicas especulativas adquiriram centralidade na determinação dos rumos econômicos internacionais.

A partir das significativas transformações iniciadas na década de 1970, o capitalismo adentrou uma nova fase marcada pela mundialização e financeirização, bem como por uma longa onda recessiva. Esse cenário de estagnação prolongada resulta na

deterioração das condições de produção e reprodução social, exacerbando desigualdades e tensões sociais. É um cenário no qual o acirramento da exploração do trabalho traça sua atual morfologia, marcada pela informalidade e pela informatização.

A intensificação das políticas neoliberais nas décadas seguintes, especialmente no contexto da crise financeira internacional de 2008, e posteriormente, da pandemia ocasionada pela Covid-19, aprofundou ainda mais essas contradições, aumentando de maneira importante o desemprego e a precarização do trabalho.

Nesse contexto de estagnação prolongada, observamos nos últimos anos o surgimento e o robustecimento de expressões políticas ultradireitistas, caracterizadas por uma retórica nacionalista, xenófoba, racista e despótica. Essas forças políticas, com traços que exprimem um caráter neofascista, avançam em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil.

O neofascismo, embora se diferencie em aspectos específicos do fascismo clássico do início do século XX, compartilha com este a instrumentalização do medo, o culto à violência, à beligerância e ao anti-intelectualismo, o repúdio às luzes culturais, o anticomunismo e a produção de argumentos que supõem inimigos invisíveis a serem eliminados, já que responsáveis pela derrocada de valores fundamentais à sociedade. Soma-se a isso a promessa da restauração de uma ordem supostamente perdida, por meio do resgate de ideais pertinentes.

A ascensão dessas expressões ultraconservadoras não é um fenômeno fortuito, mas sim uma resposta reacionária à crise estrutural do capital e aos efeitos das políticas neoliberais que a aprofundaram. O que buscamos evidenciar são os nexos entre o capitalismo de silhueta neoliberal e o neofascismo, haja vista que as políticas de austeridade e desregulamentação econômica caminham *pari passu* com a repressão política e a erosão dos direitos democráticos.

Tratando particularmente do Brasil, afora os nexos supramencionados entre o capitalismo neoliberal e o neofascismo, também é cabível considerarmos as determinações históricas constitutivas desse Estado-nação que favoreceram significativamente o avanço da extrema

direita. “O longo e recente passado escravista, as mudanças políticas efetuadas pelo alto, como em 1930 e 1985, a instabilidade do regime democrático, a tradição do pensamento autoritário e a significativa presença da classe média como força social distinta” (Boito Junior, 2021, p. 9) são alguns dos traços que convergiram para favorecer a constituição do neofascismo à brasileira.

O cenário de crise econômica, combinado a certo desapontamento popular em relação às instituições políticas, sobre as determinações históricas da formação social brasileira, constituiu um terreno fértil para o surgimento e o crescimento de um movimento de massa conservador e reacionário, que emergiu em meados de 2013 e se apresentou de maneira mais delineada no ano de 2015, no clímax do apelo pela deposição da presidente Dilma Rousseff, que contou, inclusive e de maneira importante, com as repercussões do questionamento acerca do resultado do processo eleitoral de 2014, levantado e propagado pelo seu adversário, o Sr. Aécio Neves.

Desferido o golpe contra a presidente em 2016, as contrarreformas do Estado têm comparecido significativamente na cena política do país, como expressão de uma vigorosa disputa e apropriação do fundo público pelo capital. Essas contrarreformas têm promovido e intensificado o desmantelamento das políticas públicas e, particularmente, as de proteção social, a partir de estratégias que substituem os sistemas públicos e universais por seguros privados vinculados ao capital financeiro, implementando alterações constitucionais que reduzem ou eliminam direitos que arduamente foram conquistados e consolidados ao longo de décadas.

Há certo consenso em considerar que as jornadas de 2013 são os primórdios do movimento especificamente neofascista no país – com a constituição do fenômeno bolsonarismo –, que assumiu uma forma mais definida após 2018. O mote desse movimento e de suas ramificações, também de classe média, ao combate à corrupção e à dita “política do toma-lá-dá-cá” chegou até a, por assim dizer, obnubilar a interpretação de partidos de esquerda e de extrema esquerda.

Muito embora, na última eleição presidencial, em 2022, o ex-presidente Sr. Jair Bolsonaro tenha sido derrotado pelo então candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, nos parece evidente que as forças político-econômicas neofascistas não foram extirpadas da realidade nacional. Isso porque se tratou de um processo eleitoral profundamente polarizado, cuja vitória se sustentou em mísero 1,72%, tornando-se a eleição mais disputada desde 1989. Além disso, elementos presentes no cenário atual nos fazem considerar a manutenção dos traços constitutivos do neofascismo à brasileira, com a preparação, até mesmo, de um novo aspirante a “mito”, o Sr. Pablo Marçal.

O sistema sociometabólico do capital, com suas crises estruturais recorrentes, gera respostas que, longe de resolver suas contradições, as aprofundam. O neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a financeirização são tentativas de reorganização do capital em face da sua tendência à crise, mas que acabam por exacerbar as condições de produção e reprodução na sociedade contemporânea. Nesse cenário, a ascensão das expressões neofascistas representa não somente uma resposta à crise, mas também uma intensificação das contradições do capitalismo, que se torna cada vez mais mundializado, financeirizado e politicamente reacionário.

Trata-se, ainda que sumariamente, de um complexo contexto social, político e econômico que incide e/ou pode incidir no Serviço Social de diversas formas: 1- sobre sua população usuária, haja vista o projeto político-econômico (ultra)neoliberal que vem sendo implementado e tem elevado sobremaneira a pobreza e a desigualdade social, além de promover um certo “fetiche” pelo extermínio da população pobre, seja apregoando a aplicação de legislações mais severas, com o enaltecimento do recrudescimento punitivo, seja pela campanha em prol da liberação e da circulação de mais armas; 2- sobre a condição de trabalhadores assalariados dos assistentes sociais, haja vista que a conjuntura reforça as ofensivas à classe trabalhadora, acentuando de maneira importante a precarização e a informalidade do trabalho; 3- sobre a profissão, sua formação e seu projeto

profissional – e, evidentemente, sobre a sustentação da direção social crítica –, pois, com o alargamento do conservadorismo e do reacionarismo em meio às relações sociais em geral, poderemos nos deparar (ainda mais) com o adensamento dessas formas pretéritas no bojo do Serviço Social, bem como com possíveis disputas no que diz respeito à direção de nossas entidades representativas.

Ante esse cenário, alguns compromissos no âmbito profissional dos assistentes sociais tornam-se imprescindíveis. Entre esses, destacam-se a investigação, a reflexão e o verdadeiro monitoramento dos vínculos e possíveis atravessamentos da atual conjuntura na profissão, inclusive na sua formação profissional, considerando a vida social em geral, as condições de acesso e pretensões daqueles que se dirigem a essa formação profissional e, portanto, as instituições de ensino que a ofertam.

Isso porque, diferentemente do que se poderia almejar, não é difícil concluir que a formação em Serviço Social vem, cada vez mais, tornando-se preocupante, sobremodo com a expansão dos cursos de graduação ofertados por instituições de educação superior com fins lucrativos (IESs). A possibilidade de abertura de capitais das empresas educacionais na Bolsa de Valores, nos anos 2000, criou, por meio de fusões e aquisições, um verdadeiro monopólio no setor, reverberando na formação profissional.

Na atualidade, os grupos educacionais são controlados por grandes fundos de pensão, fundos de investimentos, bancos de investimentos, entre outros, em âmbito nacional e internacional. As políticas educacionais, em especial o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), coadunam com a financeirização da educação superior brasileira. Tais programas formam um verdadeiro mecanismo de isenções de impostos e de alta lucratividade por meio dessas instituições.

No Serviço Social, há uma expansão de cursos e vagas de graduação por instituições privadas com fins lucrativos, em larga escala, de sociedades anônimas de capital aberto, ou seja, com ações na Bolsa de Valores. Aí se encontra um punhado de instituições que exploram a

educação superior no Brasil. A tendência desses cursos em Serviço Social é a difusão de concepções burguesas de maneira acrítica, utilizando-se da ideia de *combate à pobreza* e desemprego por meio da lógica individualista. Esta considera o *empoderamento* e o *empreendedorismo* como solução para as expressões da “questão social”.

Portanto, considerando o que afirmamos nas páginas iniciais deste texto, nisso se encontram a construção e a propagação de conhecimentos e valores que pavimentam a consolidação e a manutenção da condição de classe do capitalismo. Além disso, há uma clara dissonância entre as diretrizes das normativas profissionais e as suas finalidades e valores, o que se encontra também no projeto profissional, referido como o Projeto Ético-Político (crítico) do Serviço Social (brasileiro).

Visando proporcionar mais elementos em prol da imprescindível reflexão crítica ante o tema aqui abordado, verifica-se a concentração na formação em Serviço Social no setor privado mercantil: em 2022, o número de vagas ofertadas em cursos de graduação em Serviço Social na modalidade Ensino a Distância (EaD) alcançou 246.489 vagas; desse total, mais de 80% advêm de instituições com fins lucrativos. Já na modalidade presencial, foram 61.222 vagas ofertadas, incluindo as instituições públicas e privadas. Desse total, aproximadamente 61% encontram-se em IESs privadas com fins lucrativos (Inep/Mec, 2023).

Nesse mesmo período, ingressaram 62.762 estudantes em cursos de graduação em Serviço Social na modalidade EaD. Desse total, 92% em IESs com fins lucrativos. Já na modalidade presencial, o número de ingressantes em cursos de Serviço Social é maior nas IESs públicas, totalizando 4.037 ingressantes contra 3.101 do setor privado. Vale ressaltar que as IESs privadas com fins lucrativos representam 25% do total de ingressantes nos cursos presenciais, ante 56% das instituições públicas (Inep/Mec, 2023).

Em relação ao número de matrículas nos cursos de graduação em Serviço Social, o EaD totaliza 101.512 matrículas. Desse total, 92% encontram-se em IESs privadas com fins lucrativos. Na modalidade

presencial, há ao todo 28.830 matrículas, sendo 24% em IESs privadas com fins lucrativos e 61% em IESs públicas (Inep/Mec, 2023).

No que se refere ao quantitativo de concluintes em cursos de graduação em Serviço Social EaD, em 2022 são 9.556 concluintes. Desse total, 92% encontram-se em IESs privadas com fins lucrativos. Na modalidade presencial, são 5.326 concluintes em IESs privadas com fins lucrativos, representando 42% do total de concluintes, ante 39% em universidades públicas (Inep/Mec, 2023).

Esses dados parecem reforçar a hipótese do processo de extinção de cursos presenciais pelas IESs privadas com fins lucrativos no Serviço Social, priorizando o EaD. Porém, não somente isso: parece tornar indubitável que a financeirização – elemento fundamental da silhueta neoliberal – tornou-se um traço definidor do capitalismo contemporâneo, em que os mercados financeiros e suas dinâmicas especulativas adquiriram centralidade na determinação dos rumos da vida em sociedade. Daí a importância de maior atenção entre a formação profissional e o trabalho profissional no Serviço Social, haja vista a direção do Projeto Ético-Político, dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Vale destacar o quantitativo de candidatos inscritos em cursos de Serviço Social. Em 2022, na modalidade EaD, o total de candidatos foi de 131.140, sendo 89% em IESs privadas com fins lucrativos. Já em cursos presenciais, foram 49.460 candidatos inscritos, dos quais 58% estão nas universidades públicas e 26% nas IESs privadas com fins lucrativos (Inep/Mec, 2023).

A partir dos dados acima, é possível levantar a hipótese de que os candidatos buscam a universidade pública como a primeira opção nos cursos de Serviço Social, apesar da conjuntura desfavorável, tendo em conta o flagrante declínio das condições dessas instituições, em decorrência do descaso governamental e, especialmente, considerada a ascensão e os recorrentes ataques das forças conservadoras e neofascistas às universidades públicas.

Tal premissa também refuta a ideia liberal e meritocrática de culpabilizar o indivíduo pela escolha de cursos mais céleres e

empobrecidos por meio do mercado educacional – cursos esses estimulados por organismos internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial, para os países da periferia do capital. Na verdade, trata-se de uma direção política de Estado que prioriza a educação superior como uma mercadoria lucrativa; esta, nos últimos anos, mostra-se altamente concentrada e centralizada por um punhado de conglomerados que exploram a educação no país como mais uma forma de valorização do capital.

Prosseguindo na linha de raciocínio, cabe ainda mencionar que, no âmbito da formação, há uma certificação em massa de assistentes sociais pelas IESs privadas com fins lucrativos na modalidade EaD, a evidenciar uma formação acadêmica de baixa qualidade, que monopoliza os cursos de graduação em Serviço Social, cujo perfil profissional tende a ser o de profissionais que enxergam no exercício profissional a ideia de vocação, da ajuda, da experiência de vida, que não ultrapassando a aparência da realidade social, atuam de maneira acrítica no espaço sócio-ocupacional (Abrahão; Pereira; Ferreira, 2023).

Há cursos de graduação em Serviço Social que fazem menção às Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996), contudo, não formam, de fato, assistentes sociais atuantes na direção do Projeto Ético-Político crítico no Serviço Social. São cursos que carecem de uma formação generalista e crítica amparada substancialmente na análise crítica da economia política, conforme pressupõem tais diretrizes.

A título de ilustração, traremos alguns poucos exemplos, a seguir, de projetos político-pedagógicos de cursos de graduação em Serviço Social, que se mostram antagônicos ao projeto profissional crítico, massificando a formação profissional via financeirização:

*Um ponto bem positivo que passamos a fortalecer em todos os semestres é o empreendedorismo. Nessas comunidades, o empreendedorismo é muito forte, e na maioria das vezes é a forma que encontram para sobreviver (Universidade Brasil, 2018, p. 17).

*Torna-se empreendedor e participativo nas questões culturais e sociais, buscando a inclusão social, o respeito à pessoa e aos direitos humanos, mantendo os valores da solidariedade e da fraternidade (Universidade Brasil, 2018, p. 59).

Como indicado no aludido projeto pedagógico, a perspectiva acrítica do empreendedorismo como meio consequente de sobrevivência está presente no decorrer de toda a formação profissional e a ele são vinculados, sem menção às concepções correspondentes, nas quais figuram aspectos como a participação, o respeito à pessoa e aos direitos humanos. O empreendedorismo torna-se uma sobrelevada possibilidade de aquisição na formação profissional de valores e objetivos imprecisos e acriticamente afirmados como intrínsecos à profissão e uma espécie de *solução* para as demandas dos trabalhadores que recorrem ao trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

No Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), a metodologia do curso de Serviço Social, com formação de três anos e meio, busca desenvolver talentos e profissionais empreendedores, o que é estranho às diretrizes curriculares da ABEPSS e ao Projeto Ético-Político na totalidade. A exemplo do “Estudo sobre o perfil profissional empreendedor do assistente social por meio de práticas sociais inovadoras” (FMU, 2020, p. 8):

*Metodologia: O curso visa desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para se tornarem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental (FMU, 2020, p. 12).

Outro exemplo é o Projeto Pedagógico da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), no qual, sobre o objetivo geral do curso em Serviço Social, consta: “Em síntese, o Curso de Bacharelado em Serviço Social soma esforços na direção de formar cidadãos e profissionais empreendedores, capazes de fazer do mundo um lugar melhor” (Unisul, 2022, p. 7).

*O fomento à postura empreendedora, por seu turno, supõe franquear ao profissional em formação um ambiente de vivências interdisciplinares que propicie o exercício da experimentação e da inovação (Unisul, 2022, p. 12).

O curso a distância de graduação em Serviço Social da Unopar coloca a disciplina de Economia Política como optativa, secundarizando a centralidade da compreensão da crítica à economia política burguesa, desdobrada numa formação que desestimula a criticidade exigida ao profissional sintonizado com o conteúdo crítico do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Poderíamos trazer vários exemplos de empresas que exploram a educação superior, cuja finalidade é a maximização dos lucros e de uma formação embasada em princípios liberais, conservadores, que culpabilizam e responsabilizam os usuários que acessam os espaços sócio-ocupacionais de atuação dos assistentes sociais. Há uma tendência de massificação de um novo perfil profissional cuja centralidade é o “espírito empreendedor” como resposta às expressões da “questão social”, a qual nos parece bastante acentuada com o (ultra)neoliberalismo, que serve ao capitalismo atual e mostra tendências fascizizantes.

O conservadorismo na profissão não desapareceu com a intenção de ruptura nos anos de 1980 nem com o amadurecimento de segmentos profissionais marcado pelo Projeto Ético-Político. Na verdade, as práticas conservadoras fazem parte da história do Serviço Social, apesar dos avanços intelectuais e organizativos da categoria profissional. É importante lembrar que há projetos profissionais em disputa no Serviço Social, seja com tendências conservadoras e até reacionárias, seja com aspectos progressistas.

O Projeto Ético-Político, um projeto profissional que comporta valores e princípios democráticos e progressistas, inspirados nas contribuições marxianas e marxistas, vislumbra a possibilidade de superação da sociedade capitalista, compreendendo a realidade social e, consequentemente, a história do Serviço Social como um processo em movimento, contraditório e dialético, circunscrito à luta de classes.

Cumpre afirmar a necessidade de uma formação profissional compatível, que alicerce o futuro trabalho profissional. Esta requer uma forma de saber elaborado, compreendendo que esse saber não é substituível por outros saberes, apesar de por eles poder ser enriquecido. Esse saber não pode ser considerado restritivamente como uma submissão às exigências do mercado.

Trata-se de um saber adquirido por meio de ensino institucionalizado qualificado, que possibilite ultrapassar o mero senso comum e eleve os discentes a uma cultura letrada, a um saber sistematizado com elevado grau intelectual, por meio da transmissão e da decorrente aquisição de conteúdos teórico-críticos. É a busca da garantia da prestação de serviços qualificados e da socialização da riqueza social.

Conforme Frigotto (2024, p. 30), pode ser dito que, referindo-nos aos filhos da classe trabalhadora, o significativo contingente dos que procuram o nosso curso de graduação implica a possibilidade de levá-los a atingir o mais elevado grau intelectual, cultural e histórico produzido.

Captamos a educação, a aquisição do saber, do conhecimento e, portanto, a formação profissional no Serviço Social como um direito de que precisamos para exercer, com competência, o trabalho profissional mediante estratégias político-pedagógicas capazes de fortificar um projeto de formação crítico à realidade social, sob a égide capitalista. Este deve corresponder a um projeto profissional consorciado com uma perspectiva societária não submetida à lógica da exploração de classes.

Em suma, diante das reflexões tecidas, chamamos a atenção para a tendência à formação em massa de um novo perfil de assistentes sociais, cujo projeto profissional corrobora os princípios da racionalidade neoliberal ou, melhor dizendo, da racionalidade do (ultra)neoliberalismo e do neofascismo.

Referências

ABRAHÃO. Sandro Luiz de A.; PEREIRA. Larissa. D.; FERREIRA. Andreza. Teles dos S. Financeirização da Educação Superior Brasileira e a Expansão do EaD via Setor Privado-Mercantil: desafios à formação em Serviço Social. (Org.). PEREIRA, Larissa D; BARBOSA, Douglas. R. *Contrarreformas e Expropriação de Direitos no Terreno da Ortodoxia Liberal:* perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira. Uberlândia/Minas Gerais: Ed. Navegando, 2023. p. 63-84. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_larissa_douglas

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.* São Paulo: Boitempo, 2020.

BANCO MUNDIAL. *Higher education: the lessons of experience.* Washington, DC: World Bank, 1994.

BOITO JÚNIOR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021.

BOITO JÚNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 50, p. 111-119, 2020.

BRASIL. *Lei 11.096, em 13 de janeiro de 2005.* Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades benéficas de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/l11096.htm Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. *Lei 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras provisões. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC*. Disponível em: <https://emecc.mec.gov.br/emecc/nova>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS. *Projeto Pedagógico Resumido Bacharelado Serviço Social*. FMU, 2020. Disponível em: https://portal.fmu.br/wp-content/uploads/cursos/servico-social/projeto-pedagogico/Servic%CC%A7o-Social_PPC-RESUMIDO_Presencial_Liberdadedocx.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

FORTI, Valéria. Ética e Serviço Social: formalismo, intenção ou ação. In: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de M.; CASTRO, Alba Terreza B. de C. (org.). *Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Uerj, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* *Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido*. 2. ed. Rio de Janeiro: LPP/Uerj, p. 19-35, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcdg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2024.

INEP -INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2022*. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 ago. 2024.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl. *Dezoito do Brumário*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.

UNIVERSIDADE DO BRASIL, NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social*. São Paulo: Universidade do Brasil, 2018. Disponível em: https://universidadebrasil.edu.br/portal/_biblioteca/paginas/arquivos/20200301005324.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

PINHONI, Marina. Brasil tem a eleição mais apertada para presidente desde a redemocratização. *O Globo*, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/30/brasil-tem-a-eleicao-mais-apertada-para-presidente-desde-a-redemocratizacao.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2024.

UNISUL -Universidade do Sul de Santa Catarina. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. UNISUL. Tubarão – SC, 2022. Disponível em: https://www.unisul.br/wp-content/uploads/2022/09/PPC_R_E2A_EAD_Bach.Servico-Social_UNISUL.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

UNOPAR. *Guia de Percurso*. Bacharelado em Serviço Social, 2020. Cogna Educação. Disponível em: https://cmspim.cogna.digital/unopar/public/2022-04/Guia%20de%20Percurso%20%20Serviço%20Social_Unopar_2021.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

VASCONCELOS, Ana Maria. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.